

## **TIAS, MONITORAS, AUXILARES, AGENTES: QUEM SÃO OS PROFESSORES DE CRECHE?**

Gabriela Barreto da Silva Scramingnon - UNIRIO

Marina Pereira de Castro e Souza -UFRJ

### **RESUMO:**

O presente pôster é um ensaio sobre a formação e a identidade dos profissionais que atuam em creches, entendendo que o sistema educativo é um campo permanente de disputa onde se estabelecem hierarquias, onde a valorização de uma etapa de ensino representa a desvalorização de outra que lhe é supostamente superior, ou seja, os interesses e as decisões no plano político-administrativo e profissional permeiam e constituem o cotidiano de trabalho. Entendendo que as políticas ecoam nas práticas e dialeticamente, as práticas informam ou podem informar as políticas, é de grande relevância pensar qual é o reconhecimento social desses educadores e o status que possuem. A partir das novas diretrizes legais que situam a educação infantil como primeira etapa da educação básica, a legislação enfatiza a dimensão educativa e define que o profissional para atuar nesse nível de ensino é o professor com formação específica. A reflexão proposta se insere no âmbito da pesquisa “Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações”, desenvolvida desde março de 2009 pelo grupo de pesquisa Infância, Formação e Cultura (INFOC), que busca traçar um panorama da educação infantil nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, e identificar as políticas de formação voltadas para os seus profissionais. Situado no âmbito dos “estudos culturais”, por vezes denominados de “pesquisas de base sócio-histórica”, está em pauta um percurso comprometido com o conhecimento das políticas públicas de infância e formação, entendendo crianças e adultos como sujeitos sociais, produtos e produtores da cultura, situados na história e autores de suas histórias, cidadãos.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Formação de professores – Identidade – Educação infantil

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa no campo da educação vem contribuindo para a formulação de políticas públicas, e também traz à tona problemas sociais que, muitas vezes, estão sendo desvalorizados pelos gestores municipais e estaduais. A discussão proposta neste trabalho busca perceber a identidade dos profissionais de creche diante de uma realidade em construção analisando a influência das políticas públicas no trabalho desse profissional, bem como na construção de sua identidade. A prática de pesquisa mostra-se um importante recurso para enriquecer e respaldar as atividades profissionais, os desafios de atuar em instituições educativas. Assim, a possibilidade de pesquisar o tema em questão pode trazer importantes aportes para a formação no âmbito da docência na educação infantil, principalmente da creche.

Localizamos a importância do tema no grupo de pesquisa Infância, Formação e Cultura (INFOC) do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que realiza pesquisas sobre alfabetização, leitura e escrita, políticas públicas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, formação de seus profissionais, interações entre crianças e adultos na cultura contemporânea. Desde o início de 2009 propomos realizar um balanço das políticas municipais da educação infantil (cobertura, organização e funcionamento), das políticas de formação dos profissionais, bem como da gestão local com as políticas macro (estaduais ou federais) e a interferência das políticas na gestão das creches, pré-escolas e escolas no Estado do Rio de Janeiro. Tendo uma equipe de interinstitucional a pesquisa é coordenada pelas professoras Maria Fernanda Nunes (UNIRIO), Patrícia Corsino (UFRJ), Sonia Kramer (PUC - Rio), e conta com alunos de graduação, especialização, mestrado e doutorado destas instituições e conta com o apoio da FAPERJ e do CNPq.

## **RETOMANDO UM PERCURSO PARA PESQUISAR CONCEPÇÕES E AÇÕES**

Com o objetivo de pesquisar a situação das políticas de educação infantil e da formação dos profissionais nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, foi enviado um questionário as 92 Secretarias Municipais de Educação do Estado. Nesta pesquisa são considerados os 15 anos de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), e os 10 anos da pesquisa “Formação dos Profissionais de

Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro”, 1999-2005. Esta foi a primeira pesquisa realizada pelo grupo INFOC.

A opção por utilizar um questionário como instrumento de pesquisa foi permeada pela busca de superação do antagonismo quantitativo/qualitativo. Ao conceber o questionário, o desejo era que ele pudesse trazer tanto para a pesquisa, quanto para os municípios um panorama da educação infantil. Queríamos não só colher dados, mas também fornecê-los, numa rua de mão dupla em que o informante ao informar também pudesse estar refletindo e se nutrindo das suas próprias informações, num processo também de formação. O questionário foi elaborado contendo itens sobre a cobertura do atendimento, organização e o funcionamento da educação infantil, formação, ingresso e carreira na rede pública dos profissionais da educação infantil, os recursos financeiros e materiais e das instituições culturais.

Além do questionário, fazem parte das estratégias metodológicas: revisão de literatura e análise documental, e entrevistas com responsáveis pela educação infantil das secretarias de educação das creches e escolas.

Na pesquisa realizada em 1999, citada acima, os resultados revelam uma grande diversidade quanto à formação realizada pelos municípios, predominando atividades eventuais, que tendem à descontinuidade. Poucos são os projetos de habilitação dos profissionais. Um outro dado foi a proximidade das Secretarias de Assistência e Saúde dos projetos de formação, reforçando a lógica assistencialista e higienista que encontramos na história da educação infantil.

A partir das entrevistas, surgiram algumas categorias de análise, dentre elas, a **identidade profissional**, apontando para uma importante conclusão: a formação de professores é requisito da democratização da educação infantil, indispensável para assegurar o direito de todas as crianças de 0 a 6 anos à educação infantil. O trabalho e a formação profissional estão no centro de referências dos indivíduos, as maneiras de ser e estar na profissão estão diretamente relacionadas com a construção da identidade desses sujeitos. É nos espaços de formação que esses profissionais, num movimento de tensão com os seus pares, constroem e reconstroem os sentidos para a sua prática, e representam simbolicamente o que é ser um educador de creche.

É de grande relevância para esse campo que se promova uma reflexão sobre o papel dos profissionais de creches, percebendo marcas culturais que acabam desqualificando o trabalho profissional (Kramer, 2002). A exigência de nenhuma ou

pouca formação acaba gerando grande rotatividade devido às baixas remunerações e à falta de perspectiva.

Embora não tenhamos, ainda, o mapeamento de todas as informações coletadas, a partir de alguns dados reunidos na pesquisa anterior e de elementos da pesquisa em andamento – estamos nos referindo aos 55 questionários já respondidos pelas Secretarias de Educação e as entrevistas já realizadas – é possível realizar um ensaio sobre as condições dos profissionais de creche no Estado do Rio de Janeiro. A partir destes elementos construiremos nossa discussão.

Diversos termos circulam nos municípios para designar a função dos profissionais de creche: agentes educativos, auxiliares de creches, monitores, recreadoras, entre outros. Essa diversidade revela a existência de diferentes visões sobre a função das instituições de educação infantil, bem como do profissional de creche.

Os estudos acerca da formação dos profissionais da educação infantil vêm mobilizando muitos pesquisadores brasileiros nas últimas décadas. No Brasil, a Constituinte de 1988 reconhece a educação infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos, dever do Estado e opção da família, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, estatuto jurídico da criança cidadã, regulamenta o direito constitucional da criança e do adolescente, considerando-os como cidadãos independente da sua condição social, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional concebe o atendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade como “*primeira etapa da Educação Básica*” (art.29), trazendo em seu texto uma etapa dedicada à Educação Infantil. Nessa seção define a creche e a pré-escola como partes da Educação Infantil, sendo a primeira destinada às crianças de 0 a 3 anos e a segunda às crianças de 4 a 6 anos (art.30). Consideramos como interferência das políticas na gestão das creches e pré-escolas duas questões mais recentes: o ensino fundamental de 9 anos e o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB).

Como parte da Educação Básica, a educação infantil passa a fazer parte dos assuntos educacionais. Este reconhecimento deu maior visibilidade às questões relativas às políticas de atendimento à criança pequena e à formação de seus profissionais. Segundo Micarello (2006, p.27) “ainda é reduzido o número de pesquisas que tomam como foco os professores da Educação Infantil.”

Como parte do sistema municipal de educação, os municípios que historicamente tem tido suas creches e pré-escolas na área da assistência social,

precisam integrar suas redes públicas e privadas, com instituições particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que atendem às crianças de 0 a 6 anos, ao sistema de educação.

A integração das creches e pré-escolas à educação tem exigido dos municípios grandes esforços, tanto no que se refere às instituições existentes, como as que ainda irão surgir. A integração das instituições existentes à educação traz demandas como a regulamentação do campo às especificidades da faixa etária, a adequação as novas normas, a formação dos profissionais etc.

Sobre as experiências desenvolvidas pelos municípios, existe uma questão que é central: o atendimento oferecido às crianças deve ser de qualidade, com professores habilitados e currículos formulados a partir de uma concepção de criança que a perceba na sua integralidade e não apenas como aluno.

Se num dado momento da história a garantia do direito e do acesso ao atendimento das crianças foi um desafio, hoje o desafio posto está na garantia deste atendimento com qualidade. O tema da qualidade tem sido pauta de discussões, de seminários e publicações tanto no âmbito das universidades, como no Movimento Interfóruns de Educação Infantil e também no Ministério da Educação.

Nas discussões sobre qualidade uma questão tem aparecido com muita força: a formação dos profissionais da Educação Infantil. Após a LDB, a função docente, nesta etapa de ensino, antes exercida por qualquer profissional passou a ser de responsabilidade de um professor com formação de nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério a em nível médio, na modalidade Normal.

A formação dos profissionais da educação infantil é requisito para a qualidade do atendimento à criança. Mas, esta questão é muito ampla e vai além da elaboração de propostas de formação. De acordo com Vasconcellos e Fernandes (1995), “antes dos profissionais mudarem suas concepções e formas de atuação precisam alterar as crenças nos próprios valores que a sociedade estabelece deles enquanto profissionais da Educação Infantil”. Crença esta que foi construída historicamente, e que ainda hoje está viva em nossos dias. A relação entre adulto-criança, ou melhor, a relação mulheres-criança, foi marcada pela articulação entre feminilidade, mulheres e cuidado.

Romper com estas concepções não parece ser tão simples. No Brasil, as marcas da servidão ainda estão muito presentes, “o cuidado sempre foi delegado – e relegado –

aquelas pessoas com menor grau de instrução” (Kramer, 2005, p.57). Este é um fato que nos remete ao contexto da criação das creches.

Segundo Kuhlmann Jr., o modelo de educação oferecido pela mãe, no âmbito familiar, fundamentou as propostas pedagógicas para a educação das crianças em instituições educacionais no início do século XX. A ênfase nos dotes femininos como condição fundamental para o exercício da tarefa de educar teve repercussões gerais no modo como a docência junto à criança pequena se construiu como profissão.

A construção da identidade desse profissional está diretamente ligada à experiência do trabalho e a sua relação com seus pares. Desta forma, acreditamos que a falta de clareza das políticas públicas traz implicações diretas na constituição identitária do profissional de creche, bem como no trabalho desenvolvido com as crianças. É de grande relevância pensar qual é o reconhecimento social desses educadores e o status que possuem.

Não utilizamos uma noção de identidade como algo acabado, pronto, mas múltiplo e móvel, fruto das experiências sociais, resultante das formas pelas quais imaginamos ser vistos por outros, em processo contínuo de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. É necessário salientar que geralmente os profissionais da Educação Infantil, por questões históricas e sociais, são desprestigiados como se possuíssem um trabalho de menor importância. Diante disto, é essencial pensarmos na construção de uma nova identidade para os trabalhadores deste segmento no Brasil. As representações e as identidades desse profissional, que são construídas socialmente, devem ser modificadas no interior das práticas e relações.

A formação, as esferas do trabalho, o emprego constituem o domínio de referência dos indivíduos (Schaffel, 2007). A identidade profissional, que possui múltiplas identidades possíveis, depende do reconhecimento pelos outros das competências do indivíduo, bem como de suas aspirações. Para Sainsaulieu (apud Schaffel, 2007, p. 108) a identidade mais do que um processo biográfico de construção do eu, é um processo relacional de investimento do eu. Para o autor citado, as relações de trabalho seriam o lugar onde se experimenta “o confronto dos desejos de reconhecimento num contexto de acesso desigual, movediço e complexo”.

Schaffel (2007) aponta para dois processos identitários – o biográfico, aquele construído no tempo, pelos indivíduos, de identidades sociais e profissionais, a partir de diferentes instituições (família, escola, trabalho); e o relacional – que seria aquele que se

refere ao reconhecimento das identidades associadas aos saberes, competências e auto-imagem.

Dessa forma, pensar na identidade desses profissionais é pensar nas políticas de formação direcionadas a esse grupo, bem como em suas condições de trabalho. A realidade de desprestígio social dos professores, com baixas remunerações, leva-nos a refletir com urgência sobre o papel dos profissionais de creches, percebendo as marcas culturais que acabam desqualificando o seu trabalho. O espaço escolar é o locus de formação e o locus de trabalho dos docentes, todas as experiências socializadas na escola perpassam a identidade da profissão e do profissional de creche.

Os adultos que atuam com crianças pequenas devem ser reconhecidos como profissionais, e as suas condições de trabalho devem ser reconhecidas, plano de carreira, salário e formação em serviço. É inaceitável que os governos não respeitem a legislação, não exigindo nenhum tipo de formação para os profissionais de creche, baseando-se numa concepção de desenvolvimento e educação infantil que hierarquiza as atividades de cuidado e educação.

A especificidade da função da educadora de crianças pequenas também pode influenciar as imagens que possuem de si mesma, já que não é apenas pedagógica, mas também consiste em compartilhar com as famílias aspectos do cuidado, apoio ao crescimento da criança. Essas duas dimensões precisam ser igualmente atendidas, não devendo tender mais para um lado o trabalho nos espaços de educação infantil.

Sobre o exposto, Cerisara (1995) afirma:

“Ou seja, a identidade do educador de educação infantil é uma verdadeira colcha de retalhos, expressa também pela variedade de denominações que tem recebido – pajem, professor, educador, profissional de creche. A falta de identidade desse profissional reflete a indefinição presente na própria área, que é resultado tanto das diferentes políticas públicas implementadas para infância quanto dos modismos pedagógicos que, em vez de incrementar o debate e contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho em uma perspectiva de continuidade, acabam por cristalizar posturas e negar o que já foi construído, criando um eterno começar de novo.”

A construção da identidade dos profissionais de creche é um complexo processo, tecido a partir das múltiplas relações estabelecidas nos espaços profissionais. Esse ensaio anuncia algumas importantes questões que devem ser objeto de pesquisa. A

realidade das creches, os programas de formação e as políticas direcionadas a esses profissionais vem legitimando significados sociais para o trabalho desses profissionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das crianças no mundo dos direitos reafirmados pelas conquistas legais requer o atendimento de exigências diversas no que tange ao atendimento das crianças nas creches e pré-escolas. O status adquirido pela educação infantil no sistema educacional brasileiro, não garanti que todas as necessidades desta etapa de ensino foram atendidas.

A institucionalização das crianças pequenas é uma realidade que precisa ser pensada pelas políticas públicas, tanto em relação à democratização do acesso, quanto à garantia de sua qualidade. A proposta de um atendimento de qualidade inclui fatores que vão desde as políticas públicas para a infância às condições de equipamentos e materiais educativos.

As políticas públicas direcionadas aos profissionais que atuam em creches mostram-se frágeis em seus projetos. A indefinição sobre a função do trabalho com crianças pequenas trazem repercussões graves sobre a ação pedagógica e a identidade docente. A ausência ou a precariedade destes projetos apontam para a idéia de que esses profissionais não necessitam de competência ou qualificação para o exercício do magistério.

Os diferentes significados para o trabalho docente não devem servir como pretexto para inércia das instituições responsáveis pela formação. É necessário construir um eixo para a definição das políticas voltadas para a valorização social do magistério nos seus vários significados.

Os espaços de educação infantil configuram-se como serviços de utilidade pública, com suas tarefas de socialização educativa e de cuidado. A história profissional das educadoras e dos educadores da Educação infantil apontam para importantes mudanças, mas ainda percebe-se a urgência de se pensar a formação destes profissionais.

De acordo com Corsino e Nunes (2001), os avanços tem tido ganhos nos discursos e nas teorias e perdido nas ações concretas. É necessário ação de implementação para que os documentos não se tornem letra morta. Políticas públicas



comprometidas com conquistas constitucionais e legais, e com os conhecimentos teóricos, podem contribuir para a garantia de um atendimento que diminua o sofrimento de nossas populações infantis, e de seus profissionais. O desafio atual não é de garantir o direito, mas de protegê-lo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1998.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei Federal nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996.

CERISARA, A. B. **Professoras de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

CORSINO, Patrícia e NUNES, Maria Fernanda Rezende. **A Educação Infantil no contexto das políticas atuais: um desafio para os sistemas educacionais**. In: KRAMER, Sônia et alli (org). Relatório de pesquisa: formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ravil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões**. In: MACHADO, M. L. (org.). **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. (p. 117-132).

\_\_\_\_\_. (org.) **Profissionais da educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MICARELLO, H.A.L.S. **Professores de pré-escola: trabalho, saberes e processos de construção de identidade**. Doutorado em Educação. PUC – Rio, 2006.

SCHAFFEL, S. L. **A Identidade Profissional em Questão**. CANDAU, V. M. (org.).  
Reinventar a Escola. Petrópolis: Vozes, 2007.

VASCONCELLOS, Vera M.R. & FERNANDES, Angela M.D. **Construindo o perfil dos professores de Educação Infantil da rede pública de Niterói**. Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. 1995.